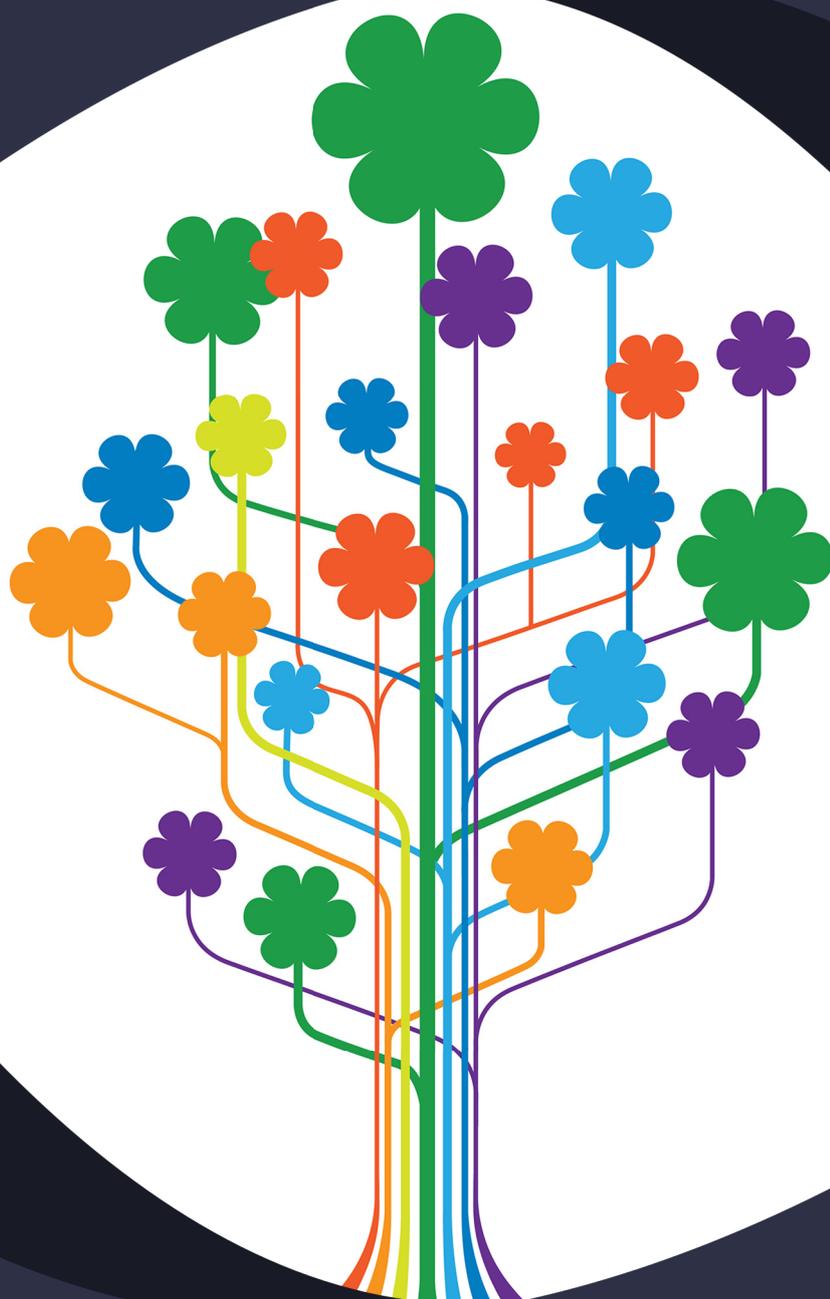


Políticas Públicas na Educação Brasileira: Caminhos para a Inclusão 2

Michéle Barreto Justus
(Organizadora)



Atena
Editora

Ano 2019

Michéle Barreto Justus
(Organizadora)

Políticas Públicas na Educação Brasileira:
Caminhos para a Inclusão 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P769	Políticas públicas na educação brasileira [recurso eletrônico] : caminhos para a inclusão 2 / Organizadora Michéle Barreto Justus. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Políticas Públicas na Educação Brasileira. Caminhos para a Inclusão; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-724-6 DOI 10.22533/at.ed.246191710 1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais. 3. Educação inclusiva. I. Justus, Michéle Barreto. II. Série. CDD 379.81
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Entender o que é a Educação Especial e como ela é fundamental para o desempenho dos alunos com necessidades especiais é decisivo para mudar os rumos da educação como um todo, visto que a Educação Especial é uma realidade nas mais diversas escolas.

Frente a esse desafio, colocado aos docentes que atuam em todos os níveis e à toda a comunidade escolar, o e-book intitulado “Políticas Públicas na Educação Brasileira: caminhos para a inclusão - 2” traz contribuições para leitores que se interessem por conhecer alternativas, experiências e relatos de quem se dedica ao estudo do tema.

Esta obra se organiza em 4 eixos: *inclusão e educação especial, educação especial e legislação, estudos culturais e inclusão social e o uso da tecnologia para educação especial.*

O primeiro eixo aborda estudos sobre os desafios e reflexões onde Educação Especial perpassa enquanto uma modalidade de ensino; e apresenta artigos que envolvem estudos sobre pessoas com surdez, superdotação ou altas habilidades e deficiência visual, além de artigos sobre o ensino na Educação Básica, Ensino Superior e gestão e inclusão.

No segundo eixo, os textos versam sobre a análise de alguns documentos oficiais acerca da Educação Especial e seus reflexos no cotidiano das escolas.

No terceiro, traz artigos que abordam temas sobre a educação e seu valor enquanto instrumento para a inclusão social; e por fim, aborda o uso das tecnologias na melhoria das estratégias de ensino na Educação Especial.

Certamente, a leitura e a análise desses trabalhos possibilitam o conhecimento de diferentes caminhos percorridos na Educação Especial, e favorecem a ideia de que é possível ter uma educação diferenciada e de qualidade para todos.

Michéle Barreto Justus

SUMÁRIO

I. INCLUSÃO E EDUCAÇÃO ESPECIAL

Desafios e reflexões

CAPÍTULO 1	1
A CULTURA POPULAR COMO FERRAMENTA METODOLÓGICA PARA A INCLUSÃO EDUCACIONAL	
Samantha Camacam de Moraes Verônica Catharin Lúcia Pereira Leite	
DOI 10.22533/at.ed.2461917101	
CAPÍTULO 2	14
OS DESAFIOS ENFRENTADOS POR CRIANÇAS AUTISTAS E SEUS PAIS: UM PANORAMA DA NECESSIDADE DA INCLUSÃO ESCOLAR	
André Luiz Alvarenga de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.2461917102	
CAPÍTULO 3	32
O PROCESSO DE INCLUSÃO DO ALUNO AUTISTA: DESAFIOS À PRÁTICA DOCENTE	
Raimunda Fernandes da Silva Souza Rozineide Iraci Pereira da Silva Nair Alves dos Santos Silva	
DOI 10.22533/at.ed.2461917103	
CAPÍTULO 4	42
O TRADUTOR INTÉRPRETE DE LIBRAS EDUCACIONAL: REFLEXÕES A PARTIR DE DIFERENTES FIGURAÇÕES ESCOLARES	
Keli Simões Xavier Silva Euluze Rodrigues da Costa Junior	
DOI 10.22533/at.ed.2461917104	
Surdez	
CAPÍTULO 5	53
A EDUCAÇÃO DOS SURDOS	
Júlia Martins Bárbara Rodrigues Cintia Resende Correa	
DOI 10.22533/at.ed.2461917105	
CAPÍTULO 6	61
BIBLIOTECA INCLUSIVA: MEDIAÇÃO COM O USUÁRIO SURDO	
Bruna Isabelle Medeiros de Moraes Laís Emanuely Albuquerque Dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.2461917106	

Superdotação/altas habilidades

CAPÍTULO 7 69

A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO ESCOLAR EDUCACIONAL FRENTE AOS ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO

Elivelton Cardoso Viera
Camila Siqueira Cronemberger Freitas
Carolina Martins Moraes

DOI 10.22533/at.ed.2461917107

CAPÍTULO 8 80

ALTAS HABILIDADES: AS METODOLOGIAS NO ENSINO NAAHS

Maria Luzia dos Santos Moreira

DOI 10.22533/at.ed.2461917108

Deficiência Visual

CAPÍTULO 9 93

BIOLOGIA INCLUSIVA: DESENVOLVIMENTO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Andressa Antônio de Oliveira
Karina Carvalho Mancini

DOI 10.22533/at.ed.2461917109

CAPÍTULO 10 100

O USO DO SOROBAN NO ENSINO DE MATEMÁTICA PARA A CRIANÇA DEFICIENTE VISUAL

Raffaella de Menezes Lupetina
Marta Maria Donola Victorio
Margareth Oliveira Olegário

DOI 10.22533/at.ed.24619171010

CAPÍTULO 11 111

EM DIREÇÃO ÀS BIBLIOTECAS INCLUSIVAS NO SUPORTE AOS DISCENTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL: REFLEXÃO DOCUMENTAL SOBRE OS DIRECIONAMENTOS DO IFPE NO ENSINO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO

Ada Verônica de Novaes Nunes
Ivanildo José de Melo Filho

DOI 10.22533/at.ed.24619171011

Educação Básica

CAPÍTULO 12 124

LIBRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DIÁLOGOS NECESSÁRIOS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

André Henrique Furtado Torres
Eva Alves da Cruz
Victor Hugo de Oliveira Henrique

DOI 10.22533/at.ed.24619171012

CAPÍTULO 13 134

O TRABALHO COLABORATIVO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Bruna Rafaela de Batista
Ana Lídia Penteado Urban
Luci Pastor Manzoli

DOI 10.22533/at.ed.24619171013

CAPÍTULO 14 143

AS FACETAS DA INCLUSÃO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Rozineide Iraci Pereira da Silva
Nair Alves dos Santos Silva
Maria Aparecida Dantas Bezerra
Ana Cláudia Xavier Da Silva
Diógenes José Gusmão Coutinho

DOI 10.22533/at.ed.24619171014

CAPÍTULO 15 153

COMO AS SALAS REGULARES RECEBEM E POSSIBILITAM A PERMANÊNCIA DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM SEU PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM: UMA VISÃO DOCENTE

Larisse Lorrane Monteiro Moraes
Daniela de Jesus Rodrigues de Andrade
Priscila Lorena Souza Palhano
Sara Maria Silva de Miranda
Fernanda Pinheiro Castro
Bianca Sousa Geber
João Mailson da Silva Quaresma
Larissa Cesarina Mota Gomes

DOI 10.22533/at.ed.24619171015

CAPÍTULO 16 163

DESIGN E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA BUSCA PELO APERFEIÇOAMENTO DO ENSINO

Maria Carolina Frohlich Fillmann
Karen Mello Colpes
Elisa Bonotto do Couto

DOI 10.22533/at.ed.24619171016

CAPÍTULO 17 176

ENSINO DE INGLÊS PARA ALUNOS SURDOS: MATERIAIS DIDÁTICOS E ESTRATÉGIAS DE ENSINO

Monique Vanzo Spasiani

DOI 10.22533/at.ed.24619171017

CAPÍTULO 18 190

ENSINO PARA SURDOS E ESCOLA: REFLEXÕES SOBRE A LIBRAS COMO INSTRUMENTO DE FORMAÇÃO E DE IDENTIDADE

Andréa dos Guimarães de Carvalho

Gilmar Garcia Marcelino

Renata Rodrigues de Oliveira Garcia

DOI 10.22533/at.ed.24619171018

Ensino Superior

CAPÍTULO 19 200

OS DESAFIOS DAS IES NA ADESÃO DOS PROFESSORES À INCLUSÃO ESCOLAR

Aline Gama Cunha Carvalho

Jaylla Fernanda Ferreira de Oliveira Raeli

Vanessa do Amaral Tinoco

DOI 10.22533/at.ed.24619171019

CAPÍTULO 20 205

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE UM MANUAL DIRECIONADO AOS PROFESSORES DO ENSINO SUPERIOR COMO ESTRATÉGIA DE INCLUSÃO DE ESTUDANTES SURDOS

Jane de Carlos Santana Capelli

Nuccia Nicole Theodoro De Cicco

Julia Barral Dodd Rumjanek

Vivian Mary Barral Dodd Rumjanek

DOI 10.22533/at.ed.24619171020

CAPÍTULO 21 220

DESAFIOS PARA A (RE) INCLUSÃO DISCENTE EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

Karla Rona da Silva

Shirlei Moreira da Costa Faria

Jhonatan Gomes Vieira Frois

Sara Moura Martins

Elizabeth Cristina Pereira Morbeck

Sônia Maria Nunes Viana

DOI 10.22533/at.ed.24619171021

Gestão e Inclusão

CAPÍTULO 22	231
TRABALHO COLABORATIVO NO CONTEXTO DE UMA ESCOLA INCLUSIVA A ARTICULAÇÃO DO GESTOR	
Elizete Varusa Seneda	
Eladio Sebastián-Heredero	
DOI 10.22533/at.ed.24619171022	
SOBRE A ORGANIZADORA	236
ÍNDICE REMISSIVO	237

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE UM MANUAL DIRECIONADO AOS PROFESSORES DO ENSINO SUPERIOR COMO ESTRATÉGIA DE INCLUSÃO DE ESTUDANTES SURDOS

Jane de Carlos Santana Capelli

Curso de Nutrição da Universidade Federal do Rio de Janeiro/Campus UFRJ-Macaé Professor Aloisio Teixeira, Macaé, Rio de Janeiro.

Nuccia Nicole Theodoro De Cicco

Laboratório Didático de Ciências para Surdos (LADICS)/PROJETO SURDOS-UFRJ/Instituto de Bioquímica Médica Leopoldo de Meis/Centro de Ciências da Saúde/ Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Julia Barral Dodd Rumjanek

Laboratório Didático de Ciências para Surdos (LADICS)/PROJETO SURDOS-UFRJ/Instituto de Bioquímica Médica Leopoldo de Meis/Centro de Ciências da Saúde/Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Vivian Mary Barral Dodd Rumjanek

Instituto de Bioquímica Médica/Centro de Ciências da Saúde/UFRJ. Coordenadora do PROJETO SURDOS-UFRJ/Instituto de Bioquímica Médica Leopoldo de Meis/Centro de Ciências da Saúde/ Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

RESUMO: O ensino superior apresenta lacunas no campo da educação inclusiva, o que inviabiliza a plena acessibilidade e inclusão dos estudantes com deficiência, dentre eles o surdo. O presente estudo visa descrever o processo de construção e validação de um material educativo voltado a professores e educadores

do ensino superior como estratégia de inclusão de estudantes surdos na universidade. Realizou-se um estudo de abordagem metodológica, desenvolvido em quatro etapas: construção do manual, avaliação por especialistas do campo da surdez, validação do material educativo por graduandos e professores do ensino superior (considerados juízes) e revisão final. O processo de avaliação durante a construção foi realizado por 5 especialistas e, posteriormente, 13 professores do ensino superior e 13 graduandos de cursos de licenciatura, todos ouvintes e sem contato com graduandos surdos. Observou-se que as ilustrações e o layout foram os critérios que mais sofreram críticas dos juízes. Todas as sugestões foram acatadas e alteradas na versão final do manual. Conclui-se que o manual foi considerado um bom instrumento de difusão do conhecimento para educadores, professores e demais profissionais da educação superior que atuam ou atuarão no ensino de estudantes surdos. As ilustrações e o *layout* foram os critérios que apresentaram maiores percentuais de discordâncias pelos especialistas e juízes do estudo.

PALAVRAS-CHAVE: Surdez. Educação Inclusiva. Educação Superior. Educação de Surdos.

CONSTRUCTION AND VALIDATION OF A MANUAL FOR TEACHERS OF HIGHER EDUCATION AS A STRATEGY FOR THE INCLUSION OF DEAF STUDENTS

ABSTRACT: Higher education presents gaps in the field of inclusive education, which prevents the full accessibility and inclusion of students with disabilities, among them the deaf. This study aims to present the process of construction and validation of a manual aimed at the education of deaf students at the University. A methodological approach was carried out and was developed in four stages: construction of the manual, evaluation by specialists in the field of deafness, validation of educational material by undergraduates and teachers of higher education (judges) and final review. The evaluation process during construction of the manual was carried out by 5 specialists and, later, by 13 higher education teachers and 13 undergraduate students of undergraduate courses, all hearing and without contact with deaf graduates. It was observed that the illustrations and layout were the criteria that suffered the majority of the criticisms from the judges. All suggestions have been taken into account and modified in the final version of the manual. It was concluded that all the participants of the study considered the manual an important instrument for the diffusion of knowledge for teachers and other professionals of the University who work in the education of deaf students.

KEYWORDS: Deafness. Education. Higher Education. Deaf Education.

1 | INTRODUÇÃO

A educação inclusiva tem sido tema de grandes debates e exigido crescente demanda de conhecimentos sobre as pessoas consideradas com deficiência (MOL; MELO, 2018; TANNUS-VALADÃO; MENDES, 2018; BRASIL, 2008). Isto porque, cada indivíduo possui particulares e histórias de vida diversas, sendo necessário ter um olhar específico para cada realidade (*apud* MOURA et al., 2017). O termo “inclusão” aponta para o compromisso assumido pela escola de educar cada estudante, independentemente de sua origem social, étnica ou linguística (LACERDA, 2006).

No ano de 1994, a Declaração de Salamanca apresentou como princípio orientador “que escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras”, fazendo com que emergisse, no Brasil, ações em defesa da proposta da educação especial, na perspectiva da educação inclusiva, que passaria a integrar o projeto pedagógico da escola regular (BRASIL, 2008). No ensino superior, ainda é recente a discussão da educação inclusiva nos diferentes cursos de graduação, existindo lacunas que garantam a acessibilidade e inclusão de todo os estudantes com deficiência (ZAGANELLI; MAZIERO, 2018).

No campo da educação de surdos, inúmeros aspectos devem ser considerados, dentre eles, a sua condição linguística e cultural. Deve-se compreender que o surdo ou a pessoa com deficiência auditiva não se destaca na multidão, como por exemplo,

uma pessoa em uso de cadeira de rodas. A deficiência auditiva é considerada uma deficiência não aparente, e portanto, invisível, sendo extremamente negligenciada, tanto pela sociedade como pelo próprio indivíduo que está a ensurdecer (DE CICCIO, 2016).

A pessoa que não ouve, dependendo o grau, a idade da perda e diagnóstico, está impossibilitada de aprender a língua oral de forma espontânea, sendo necessário a utilização de uma via distinta que o possibilite obter experiências por meio da língua viso-espacial (SILVA et al., 2014; KELMAN et al., 2011).

No Brasil, o ouvinte utiliza a língua portuguesa (língua oral) e os surdos não oralizados utilizam a Língua Brasileira de Sinais (Libras), que é modalidade viso-espacial (BRASIL, 2002) que se difere das línguas orais, consideradas orais-auditivas; e trás consigo “uma cultura que dá significados e sentidos ao discurso” (NEIGRAMES; TIMBANE, 2018). Para que se possa estar em atendimento a educação inclusiva, no projeto político pedagógico de cada instituição de ensino, portanto, deve ser considerado um sistema bilíngue que possa atender às necessidades do estudante surdo, principalmente o não oralizado (TOFFOLO et al., 2017; BARRAL, 2011; BRASIL, 2005).

Dados oficiais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2015, mostraram que, do total (n=12.744) de ingressantes no ensino superior por tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação declarados, 12,9% (n=1.685) eram pessoas com deficiência auditiva (BRASIL, 2015), desconhecendo-se os números de formandos e evasões desse grupo (RELATÓRIO TÉCNICO, 2015). Com a criação da Lei nº 13.409/2016, conhecida como a “Lei de Cotas”, que dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino (BRASIL, 2016), espera-se um aumento do número de estudantes surdos ingressantes nas universidades, o que torna premente que exista um maior conhecimento sobre esse público.

A “Lei de Cotas” é uma realidade recente e, por isso, as políticas públicas educacionais atuais têm reforçado a importância das instituições de ensino se organizarem para tornar o processo de ensino-aprendizagem mais acessível e inclusivo, evitando-se que barreiras atitudinais, pedagógicas, sociais, linguísticas, dentre outras, impeçam o estudante de concluir o seu curso (BRASIL, 2015). Porém, mesmo com a ampliação das políticas educacionais vigentes voltadas as pessoas com deficiência, incentivando o respeito à diversidade e as deficiências ou limitações (BORGES et al., 2018), ainda são observados grandes hiatos nesse campo. Na educação do surdo, por exemplo, o processo de formação dos professores que não abarca o conhecimento de Libras, a falta de profissionais tradutores e intérpretes da Libras em número suficiente que atenda a demanda da instituição, ou a falta de glossários e livros em Libras que possam auxiliar o ensino do estudante surdo.

A Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ, no segundo semestre de 2017,

passou a receber, pela “Lei de Cotas”, estudantes surdos oralizados e não oralizados (usuários da Libras), em diferentes cursos dos campi que possui, e da mesma forma que outras instituições de ensino superior, apresenta a maioria dos seus professores sem formação considerável que possa atender cada especificidade do estudante surdo (SILVA JUNIOR et al., 2018).

Estudos referem que propostas de capacitação voltadas a esse público têm sido incentivadas, e devem ser elaboradas para que docentes possam conhecer, aprender, refletir e rever a sua prática pedagógica (TENOR; DELIBERATO, 2015; PADILHA, 2009). Para tal, a elaboração de materiais educativos no campo da surdez, direcionados aos docentes, torna-se imprescindível, uma vez que poderão ser utilizados em cursos de capacitação e de atualização, propiciando a ampla disseminação do conhecimento bem como elucidando questões de fundamental magnitude no ensino do estudante surdo.

Dada a relevância do tema, o presente estudo tem por objetivo descrever o processo de construção e validação de um material educativo voltado a professores e educadores do ensino superior como estratégia de inclusão de estudantes surdos na universidade.

2 | MÉTODOS

O presente estudo apresenta abordagem metodológica e foi desenvolvido em quatro etapas: construção do manual, avaliação por especialistas do campo da surdez, validação do material educativo por graduandos e professores do ensino superior (considerados juízes), e revisão final.

2.1 Processo de construção do manual

O manual foi construído conforme as recomendações para concepção e eficácia de materiais educativos, de acordo com as seguintes características: conteúdo, linguagem, ilustrações, *layout*, motivação e cultura, adaptadas de Hoffmann e Warrall (2004).

O processo de elaboração e desenvolvimento do conteúdo foram pautados nas experiências vivenciadas pela equipe do PROJETO SURDOS-UFRJ, no Laboratório Didático de Ciências para Surdos – Ladics/Instituto de Bioquímica Médica Leopoldo de Meis, do Centro de Ciências da Saúde/UFRJ que, desde 2005, vem desenvolvendo cursos, estudos e atividades voltadas ao público surdo. Realizou-se também o levantamento bibliográfico a partir das bases de dados eletrônicas da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS): *Medline* da *Virtual Health Library* (VHL), *Lilacs* (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde) e *SciELO* Brasil (*Scientific Electronic Library Online Brasil*); e do *PUBMed*. As buscas nas bases de dados eletrônicas foram conduzidas em agosto e setembro de 2018, utilizando-se

o conjunto de termos descritos a seguir: *Deafness, Education, Hearing loss*. Foram selecionados os artigos que abordavam o processo de construção de materiais educativos, bem como definições, conceitos, leis e decretos sobre surdez e pessoa com deficiência auditiva.

A linguagem, o *layout* e a ilustração do manual foram pensados para serem de fácil compreensão, mesmo sendo voltado a professores de ensino superior. As imagens foram obtidas do acervo do PROJETO SURDOS-UFRJ, bem como do acervo pessoal dos autores do estudo. Porém, algumas fotos foram tiradas por membros da equipe do projeto visando aproximar o leitor ao cotidiano do surdo, dos tradutores e intérpretes da Libras, dentre outros, cujas experiências foram e ainda são obtidas pelas ações da própria equipe. Nessa perspectiva, os critérios motivação e cultura estariam contemplados. Apenas uma imagem foi cedida por uma fonoaudióloga, externa ao projeto.

Inicialmente, o manual foi elaborado em *slides*, no qual o *design* e a diagramação das imagens foram feitos por um dos autores, com apreciação e aprovação de todos os autores.

2.2 Processo de validação do manual

A primeira versão do manual foi enviada, por e-mail, a cinco pessoas consideradas especialistas no tema surdez para a sua avaliação. Duas especialistas são surdas, e todos têm formação universitária. Os especialistas retornaram, por e-mail, suas sugestões e contribuições que foram incorporadas pelas pesquisadoras no material educativo. O manual passava por alterações de acordo com o envio das contribuições de cada especialista. Ao final dessa etapa, fechou-se uma versão final do manual para envio aos juízes.

Em paralelo, elaborou-se um formulário para avaliação do conteúdo e apresentação do manual pelos juízes, adaptada de Sousa e Turrini (2012), contendo um quadro com critérios detalhados que buscavam validar o manual, considerando-se as características supracitadas. Para cada critério estabelecido, havia as alternativas SIM e NÃO, que deveriam ser assinaladas pelos juízes. Em caso de resposta negativa, o convidado tinha um campo em aberto para descrever suas considerações.

A fim de que o manual fosse avaliado aleatoriamente, foram convidados como juízes, por conveniência, 13 professores do ensino superior (cursos de: Educação, Saúde, Ciências Biológicas e Ciências Exatas) e 13 graduandos de cursos de licenciatura (inscritos na disciplina eletiva da Biomedicina) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, todos ouvintes sem contato com graduandos surdos, que responderam o formulário nesta etapa do estudo. Todos receberam, leram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Da mesma forma que na etapa dos especialistas, realizaram-se as alterações no corpo do manual conforme os formulários eram entregues.

2.3 Análises dos dados

Os dados foram digitados e analisados utilizando-se o software *Excel for Windows* 2016. As variáveis foram expostas por meio de estatísticas descritivas, frequências absolutas e relativas, e apresentadas por meio de gráficos e tabelas. As sugestões descritas pelos juízes foram analisadas e agrupadas segundo os critérios de maior predominância, como por exemplo, *layout* e ilustrações.

O estudo é parte do projeto matriz aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Medicina de Campos dos Goytacazes/RJ, em 2014, sob CAAE nº 79564717.9.0000.5244.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

O manual passou pela avaliação de 5 especialistas e 26 juízes, totalizando 14 versões até a versão final para ser encaminhado à editora para a diagramação.

3.1 Contribuições e sugestões dos especialistas

Primeiramente, todos os especialistas enumeraram, a partir dos *slides*, as alterações pertinentes para adequar o material educativo ao objetivo proposto. Foram solicitadas alterações quanto: aos títulos, subtítulos, conteúdo, organização do conteúdo, inclusão de parâmetros técnicos em alguns *slides* e alteração da ordem de apresentação de alguns títulos (temas) no manual, de modo a dar uma sequência lógica, de compreensão de conteúdo e propiciar uma leitura dinâmica e agradável.

De acordo com a avaliação dos especialistas, o manual foi considerado um material útil para o ensino superior e deveria se restringir a oferecer informações sobre o estudante com surdez. Isto porque, inicialmente, as informações eram mais amplas, apresentando dois tópicos com abordagem para outras deficiências. Também foi sugerido focar mais na identidade surda e na Libras, visto que ainda é uma área pouco conhecida por aqueles que não trabalham diretamente com surdos.

No início, buscando cobrir diferentes aspectos do possível alunato surdo, não ficava clara a importância e as diferenças da cultura surda. As pesquisadoras receberam também um importante retorno sobre o papel do tradutor e intérprete da Libras e a dificuldade da atuação deste profissional em áreas técnicas específicas. Muitos aspectos visuais também foram modificados. Essa versão, já incorporando todas as mudanças, foi entregue aos juízes.

3.2 Contribuições e sugestões dos juízes

Finalizada as contribuições e sugestões dos especialistas no manual, foram impressos 26 exemplares e entregues pessoalmente aos juízes, juntamente com o TCLE e o formulário de avaliação.

A figura 1 apresenta distribuição percentual da caracterização dos juízes

segundo sua Instituição de origem.

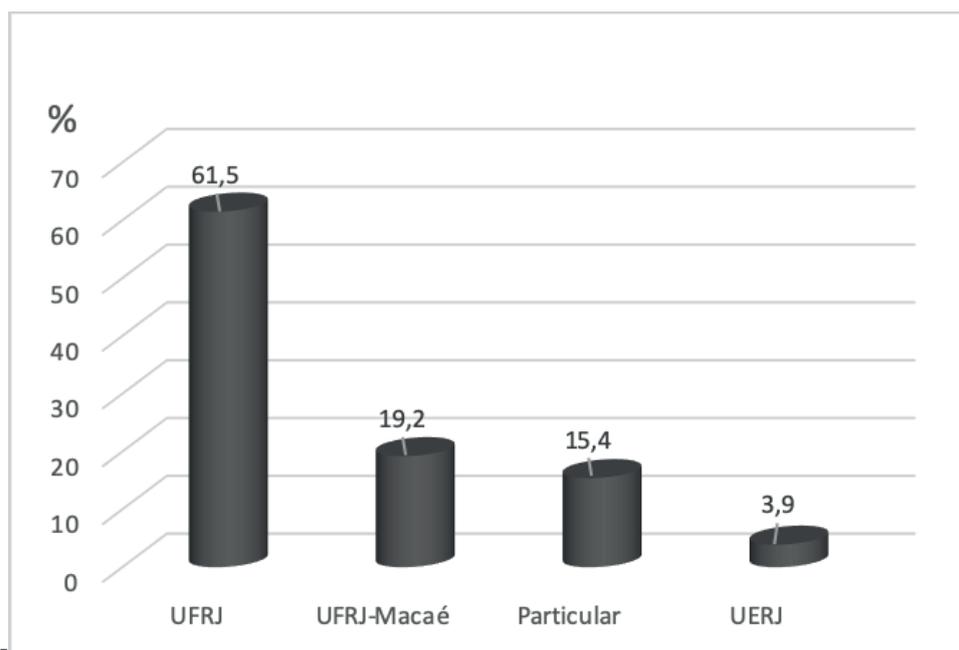


Figura 1. Caracterização dos juizes segundo a Instituição de origem. Set/Out, 2018. (n=26).

Legenda: UFRJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro. UFRJ-Macaé: Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Campus UFRJ-Macaé Professor Aloisio Teixeira. Particulares: Faculdades Particularidades. UERJ: Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Pode-se observar que 61,5% (n=16) foram da Universidade Federal do Rio de Janeiro/Campus Fundão; 19,2% (n=5) da Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Campus UFRJ-Macaé Professor Aloisio Teixeira; 15,4% (n=4) de Faculdades particulares; e 3,9% (n=1) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ (Figura 1).

De uma forma geral, todos os juizes concordaram com a proposta do manual, considerando-o um bom instrumento de difusão do conhecimento para educadores, professores e demais profissionais da educação superior que atuam ou irão atuar no ensino de surdos. Os juizes indicaram a alteração da ordem de apresentação dos tópicos e da mudança de 4 subtítulos. Comentaram também sobre: (a) introduzir mais imagens ilustrativas, pois estavam em número insuficiente; (b) diminuir o conteúdo abordado; e, por fim, (c) inserir números de páginas, que realmente faltaram no corpo do manual.

A Tabela 1 apresenta a frequência percentual dos critérios estabelecidos para avaliação do manual educativo, observando-se maior proporção de respostas positivas acima de 90,0%. Os critérios “O número de páginas e o tamanho do material é coerente” (30,81%); “O conteúdo atende necessidades do público alvo” (19,2%); “As ilustrações condizem com o conteúdo” (19,2%); “Existe lógica na sequência do texto” (15,4%); e, “O número de imagens é suficiente para abordar o conteúdo” (15,4%) foram aqueles que apresentaram maiores proporções de respostas negativas, ou seja, foram as que mais tiveram considerações e sugestões feitas pelos juizes

(Tabela 1).

Tabela 1. Frequência percentual dos critérios estabelecidos para avaliação do manual educativo pelos juízes participantes do estudo. Set/Out, 2018. (n=26)

Crítérios	Sim (%)	Não (%)
Conteúdo		
O conteúdo atende uma possível situação de atuação do professor.	100,0	0,0
Os títulos/ subtítulos são divididos de forma coerente.	96,2	3,8
Os trechos em destaque realmente merecem ser destacados.	96,2	3,8
O conteúdo atende necessidades do público alvo.	80,8	19,2
Existe lógica na sequência do texto.	84,6	15,4
O conteúdo é relevante para ser informado a professores.	100,0	0,0
O conteúdo está correto do ponto de vista científico.	92,3	7,7
Linguagem		
A redação é compatível com o público alvo.	100,0	0,0
As frases são atrativas e não cansativas.	100,0	0,0
Existem clareza e objetividade no texto.	96,2	3,8
Ilustrações		
As ilustrações condizem com o conteúdo.	80,8	19,2
As ilustrações são compreensíveis.	100,0	0,0
As caixas "BOX" ajudam o leitor a compreender o tema abordado.	100,0	0,0
O número de imagens é suficiente para abordar o conteúdo.	84,6	15,4
Layout		
O tamanho e fonte da letra favorece a leitura.	92,3	7,7
As cores utilizadas no texto viabilizam a leitura.	100,0	0,0
A disposição dos itens na página é organizada.	92,3	7,7
O número de páginas e o tamanho do material é coerente.	69,2	30,8
Motivação		
O leitor é incentivado a prosseguir a leitura pelo conteúdo.	96,2	3,8
O manual é esclarecedor.	100,0	0,0
Cultura		
O manual atende os vários perfis de professores.	92,3	7,7

Os juízes deram sugestões, principalmente quanto a *layout*, como podemos observar nos comentários abaixo:

[...] poderia ser feito em um formato diferente, como um livro, o que economizaria o número de páginas e ainda se torna mais prático. (Juiz 1)

Diminuir a quantidade de texto por página, pois torna-se muito cansativo. (Juiz 2)

Manual muito informativo, (...) acredito que poderiam ter mais imagens informativas [...] (Juiz 6)

Todas as sugestões e contribuições dadas pelos juízes foram acatadas e alteradas pelas pesquisadoras, observando-se que a maioria delas foi direcionada ao *layout*, imagens e conteúdo (quanto à sequência lógica do texto). A sugestão sobre o número de páginas não foi considerada, pois o manual entregue aos juízes não havia sido numerado, mas a versão final, devido as considerações feitas, apresentou numeração.

Mesmo sendo um texto voltado, principalmente, para professores e educadores ouvintes do ensino superior, teve-se todo o cuidado com o *layout* e as imagens, uma vez que, sendo de distribuição gratuita e *online*, diferentes públicos poderão ter acesso ao conteúdo do manual, como por exemplo, os surdos. E, neste sentido, o nível de compreensão do que está sendo abordado se dará, muitas vezes, pelas imagens apresentadas no corpo do texto. A avaliação do manual pelos especialistas, dentre eles, dois surdos, e pelos juízes permitiram a sinalização de detalhes que até

então não foram percebidos.

De acordo com o Decreto nº 5.626/2005, a pessoa surda é aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio das experiências visuais, manifestando sua cultura, principalmente pelo uso da Libras. Apesar de enfatizar a diferença cultural, histórica, social e linguística, o mesmo decreto define a deficiência auditiva como sendo a perda bilateral, parcial ou total de 41dB ou mais, aferida por audiograma nas frequências 500Hz, 1000Hz, 2000Hz, 3000Hz (BRASIL, 2005). Todavia, no universo da pessoa com deficiência auditiva, podemos encontrar aquela oralizada, cuja primeira língua é a portuguesa; e a não oralizada, cuja primeira língua é a Libras, e que do ponto de vista cultural, pertence a uma minoria, se identificando como Surdo.

No decorrer das experiências e vivências da vida humana, a informação é recebida informalmente, a partir da audição. No mundo dos surdos, a informação ainda é restrita devido a predominância da língua portuguesa, quando comparada à Libras.

No âmbito da educação do surdo, a ilustração e a imagem artística desempenham papéis importantes na comunicação eficaz (ALMEIDA PERES, 2012). A imagem no universo do surdo oralizado, e principalmente, do surdo não oralizado e usuário da Libras, é vista como ilustração e tida como informação, sendo contextualizada dentro da temática do texto (BARRAL et al., 2017). Desta forma, a escolha das imagens que correspondam ao conteúdo que se quer transmitir, portanto, é de fundamental importância para os surdos, como também para os ouvintes (BARRAL et al., 2017).

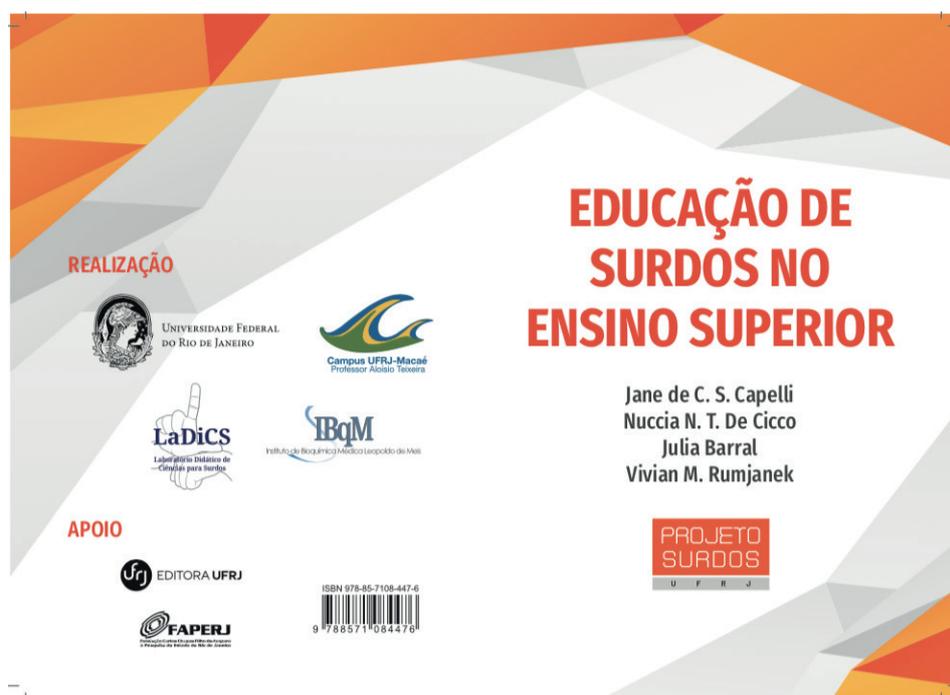
A partir das considerações e sugestões feitas pelos juízes, o manual passou por um minucioso processo de revisão, no qual se realizou a reorganização e a reformulação de alguns textos presentes no conteúdo, títulos e subtítulos, com introdução e alteração de imagens. A aprovação final foi feita por um dos especialistas, definido aleatoriamente, que aceitou fazer uma nova avaliação do material educativo. Dessa forma, a versão final do manual apresentou os seguintes tópicos principais (desconsiderando a capa, a folha de rosto, o sumário e sobre os autores):

Apresentação; Introdução; Você sabia?; Língua Brasileira de Sinais – Libras; Conhecendo alguns mitos e apresentando as verdades; Abordagens educacionais para os surdos; Atuação do Tradutor e Intérprete da Libras (TIL) no ensino; Acessibilidade no ensino de surdos; Acessibilidade no ensino de surdos: aspectos arquitetônicos; Aplicativos úteis; Principais dispositivos eletrônicos; Surdez: apoio legal; Direitos do surdo na educação: apoio legal; Referências.

A versão no formato *word* foi encaminhada à editora da UFRJ que fez a diagramação tanto no formato impresso e em *E-book*; obteve o ISBN para as duas versões e as fichas catalográficas, uma vez que a divulgação e a distribuição de ambos formatos serão gratuitas de modo a atender os diferentes públicos.

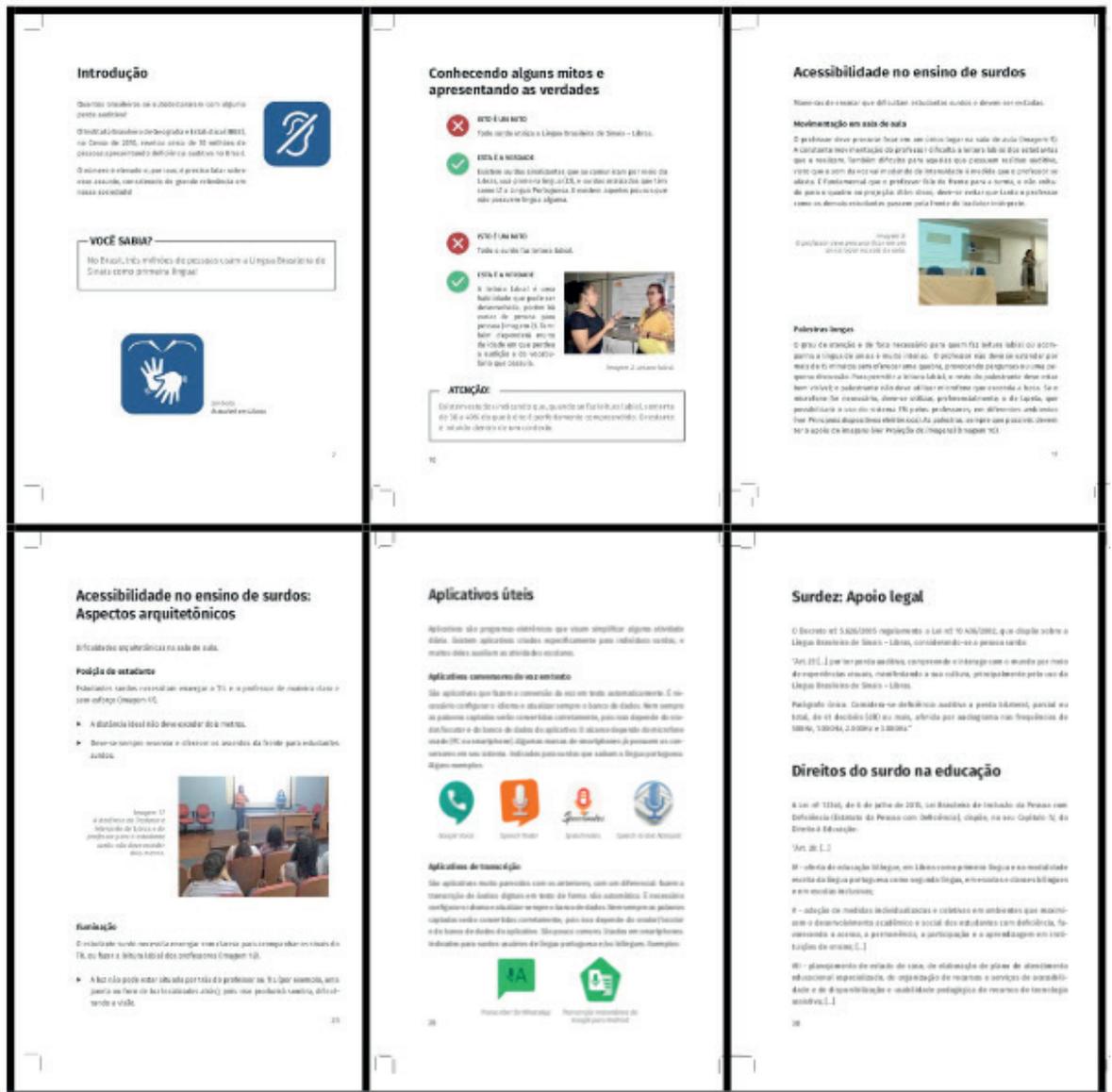
O manual apresenta o ISBN no formato *E-book* (PDF) de nº. 978.85.7108.446-9; e no formato impresso de nº. 978.85.7108.447-6, ambos com 36p. Abaixo, é

apresentada a imagem da capa do manual no formato impresso:



O manual será utilizado em cursos de capacitação e atualização que serão oferecidos pela equipe do PROJETO SURDOS-UFRJ, e o E-book será disponibilizado em seu site oficial. Será disponibilizado também aos professores bem como aos profissionais de áreas afins que atuam no ensino superior pelo site da Universidade Federal do Rio de Janeiro: <https://acessibilidade.ufrj.br/>.

As imagens, selecionadas a seguir, são de alguns tópicos abordados no manual (páginas 7, 10, 17, 23, 26, 30):



Considera-se o manual como sendo uma importante ferramenta a ser utilizada pelos docentes, educadores, dentre outros profissionais do ensino superior, que atuam ou atuarão no campo da educação voltada para os estudantes surdos.

Cabe ressaltar que a maioria de materiais produzidos e disponibilizados para a compreensão do universo da pessoa com surdez no ensino está voltada para a educação básica, sendo escassos os materiais explicativos sobre a educação superior de pessoas com deficiência. Todavia, cabe ressaltar que o século XXI está sendo marcado pelo aumento ascendente de estudos e publicações nesse campo da educação, propiciando maior visibilidade as ações afirmativas, desafios e dificuldades (MOL; MELO, 2018).

Observa-se também maior disponibilidade e acesso aos meios de comunicação de massa, tecnologias e informações, permitindo a ampliação da acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência na sociedade. Somando-se a esse quadro, há a elaboração de novas políticas públicas voltadas para tornar esse acesso ainda maior, garantindo, assim, os direitos desses cidadãos (BRASIL, 2015; BRASIL, 2000).

Devido ao desconhecimento de todas as representações da surdez, ainda são

encontradas situações adversas à inclusão de estudantes surdos em classes com pessoas ouvintes, que as identificam como uma pessoa incapaz. Na prática, o que pode ser observada, na maioria das vezes, é a incapacidade pedagógica de quebrar paradigmas que apresentem novas propostas de ensino. Deve-se considerar, portanto, as diversidades linguísticas em função dos diferentes tipos de pessoas com surdez.

Existem correntes na Educação Inclusiva versando que a multiplicidade de cultura da Comunidade Surda deve ser respeitada, pois ocorrem diferenças consideráveis na forma como se precisa ensinar, educar e lidar com os indivíduos com surdez, porém deve-se tomar certos cuidados para que essa diferença não segregue (PIERUCCI, 1999).

Neste sentido, é importante que se promovam situações pedagógico, educacionais e profissionais que capacitem e preparem tanto o professor como o estudante surdo para o mundo com suas diversidades e dificuldades reais. Isto porque, o ensino voltado a pessoa com deficiência auditiva, principalmente a não oralizada e em uso da Libras, ainda está em processo de consolidação no país e envolve ações que ultrapassam o ensino tradicional.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O manual foi considerado um bom instrumento de difusão do conhecimento para educadores, professores e demais profissionais da educação superior que atuam ou atuarão no ensino de estudantes surdos. As ilustrações e o *layout* foram os critérios que apresentaram maiores percentuais de discordâncias pelos especialistas e juízes do estudo.

A elaboração do manual permitiu a concretização de um instrumento que viabiliza o acesso ao conhecimento do docente no ensino superior da pessoa surda ou com deficiência auditiva. Esse instrumento permitirá que, principalmente, barreiras atitudinais sejam transpostas, de modo a colaborar que se garanta o ensino de qualidade que todo cidadão, independente de sua condição, merece receber.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem a Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo a Pesquisa do Estado de Rio de Janeiro – FAPERJ pela bolsa concedida de professor visitante da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e cientista do PROJETO SURDOS-UFRJ a uma das autoras do estudo; e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ, pela bolsa de pesquisadora da Universidade Federal do Rio de Janeiro concedida a uma das autoras do estudo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA PERES, D. L. **A utilização de ilustração e da imagem artística na divulgação científica para surdos**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Química Biológica. UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. 2012.

BARRAL RUMJANEK, J. **Novos sinais para a ciência em LIBRAS**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Química Biológica. UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. 2011.

BARRAL, J.; PINTO-SILVA, F. E.; RUMJANEK, V. M. Vendo e aprendendo. In: **Letramento visual e surdez**. LEBEDEFF, T. B. et al. (Org.) Rio de Janeiro: Editora Wak, 2017. p. 95-107.

BORGES, D. S. L.; SANGLARD, S. S.; SANT'ANNA, N. F. Desafios e conquistas de pessoas com deficiência: uma análise da trajetória de acesso ao ensino superior e de permanência. In: MOL, G. S.; MELO D. C. F. (Org.). **Pessoas com deficiência no ensino superior: desafios e possibilidades**. Campos dos Goytacazes, RJ: Brasil Multicultural, 2018. p. 130-147. (Coleção Inclusão e Interdisciplinaridade; v. 2).

BRASIL. Decreto nº 186/2008. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Presidência da República. **Casa Civil**. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Congresso/DLG/DLG-186-2008.htm> Acesso em: 09 fev. 2019.

BRASIL. Decreto nº 5.626/2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Presidência da República. **Casa Civil**. Subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm> Acesso em: 29 fev. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Em alteração à Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Presidência da República. **Casa Civil**. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm> Acesso em: 14 fev. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Presidência da República. **Casa Civil**. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm> Acesso em: 14 fev. 2019.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Presidência da República. **Casa Civil**. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm> Acesso em: 14 fev. 2019.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Presidência da República. **Casa Civil**. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L10098.htm> Acesso em: 14 fev. 2019.

BRASIL. Portaria nº 555/2007, de 7 de janeiro de 2008. Política Nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília, DF: **Ministério da Educação**. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192> Acesso em: 21 fev. 2019.

DE CICCO, N. **Pérolas da minha surdez**. 1ª Edição. Porto Alegre: Editora Metamorfose. 2016. 122p.

HOFFMANN, T.; WARRALL, L. Designing effective written health education materials: considerations for health professionals. **Disability and Rehabilitation**, v. 26, n. 9, p. 1166-73, 2004.

KELMAN, C. A. et al. Surdez e família: facetas das relações parentais no cotidiano comunicativo bilíngue. **Linhas Críticas**, v. 17, n. 33, p. 349-365, 2011.

LACERDA, C. B. F. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 26, n. 69, p. 163-184, 2006.

MOL, G. S.; MELO, D. C. F. **Pessoas com deficiência no ensino superior: desafios e possibilidades**. Campos dos Goytacazes, RJ: Brasil Multicultural, 2018. 176p. (Coleção Inclusão e Interdisciplinaridade; v. 2).

MOURA, A. F.; LEITE, L. P.; MARTINS, S. E. S. O. Universidade acessível: com a voz os estudantes surdos do ensino médio. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 23, n. 4, p. 531-546, 2017.

NEIGRAMES, W. P.; TIMBANE, A. A. Discutindo metodologias de ensino de libras como segunda língua no ensino superior. **Revista de Estudos Acadêmicos de Letras**. v. 11, n. 1, 2018. Editora UNEMAT.

PADILHA, A. M. L. Desafios para a formação de professores: alunos surdos e ouvintes na mesma sala de aula? In: LODI, A. C. B.; LACERDA, C. B. F. (Org.). **Uma escola, duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização**. Porto Alegre: Mediação, 2009. p. 114-126.

PIERUCCI, A. F. **Ciladas da diferença**. São Paulo: Editora 34, 1999.

SILVA, C. M.; SILVA, D. N. H.; SILVA, R. C. Inclusão e processos de escolarização: narrativas de surdos sobre estratégias pedagógicas docentes. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 19, n. 2, p. 261-271, 2014.

SILVA JUNIOR, H.; CAPELLI, J. C. S.; CORRÊA, V. O. S. Um marco inicial para a inclusão de estudantes com deficiência auditiva no curso de medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro. In: MOL, G. S.; MELO D. C. F. (Org.). **Pessoas com deficiência no ensino superior: desafios e possibilidades**. Campos dos Goytacazes, RJ: Brasil Multicultural, 2018. p. 160-170. (Coleção Inclusão e Interdisciplinaridade; v. 2).

SOUSA, C. S.; TURRINI, R. N. T. Validação de constructo de tecnologia educativa para pacientes mediante aplicação da técnica Delphi. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 25, n. 6, p. 990-6, 2012.

RELATÓRIO TÉCNICO. **Censo da Educação Superior 2015**. 2. ed. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 2018; 90 p.: il.

TENOR, A. C.; DELIBERATO, D. Sistematização de um Programa de capacitação ao professor do aluno Surdo. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 21, n. 3, p. 409-422, 2015.

TANNUS-VALADAO, G.; MENDES, E. G. Inclusão escolar e o planejamento educacional individualizado: estudo comparativo sobre práticas de planejamento em diferentes países. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, p. e230076, 2018.

TOFFOLO, A. C. R. et al. Os benefícios da oralização e da leitura labial no desempenho de leitura de surdos profundos usuários da Libras. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 71, p. e227165, 2017.

ZAGANELLI, M. V.; MAZIERO, S. G. A pessoa com deficiência e o acesso às instituições federais de educação superior: desafios e possibilidades. In: MOL, G. S., MELO D. C. F. (Org.). **Pessoas com deficiência no ensino superior: desafios e possibilidades**. Campos dos Goytacazes, RJ: Brasil Multicultural, 2018. p. 148-159. (Coleção Inclusão e Interdisciplinaridade; v. 2).

SOBRE A ORGANIZADORA

MICHÉLLE BARRETO JUSTUS Mestre em educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) em 2015, especialista em Gestão Escolar pelo Instituto Tecnológico de Desenvolvimento Educacional (ITDE) em 2009, pedagoga graduada pela UEPG em 2002 e graduada em Psicologia pela Faculdade Sant’Anna (IESSA) em 2010. Autora do livro “Formação de Professores em Semanas Pedagógicas: A formação continuada entre duas lógicas”. Atua como pedagoga na rede estadual de ensino.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Altas habilidades 39, 69, 70, 71, 72, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 135, 136, 146, 151, 154, 155, 207

Autismo 1, 3, 14, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 40, 41

B

Biblioteca inclusiva 61, 62, 63, 64, 66, 67, 113, 116

Biscuit 93, 94, 95, 97

C

Crianças autistas 14, 16, 21, 24, 29, 31, 38

Cultura Popular 1, 4, 5, 7, 8, 12

D

Deficiência visual 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 120, 121, 166, 175

Deficientes auditivos 61, 62

Democratização 143, 144

Desenvolvimento Infantil 1, 23

Design 163, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 174, 175, 209

Design Universal para a Aprendizagem 163, 164, 165, 166, 167

Dinâmica pedagógica 163

E

Educação básica 12, 22, 26, 32, 47, 57, 127, 134, 137, 155, 174, 188, 215

Educação de Surdos 42, 44, 49, 53, 58, 59, 60, 129, 132, 176, 177, 179, 180, 182, 185, 187, 188, 199, 205, 206

Educação Especial 1, 12, 16, 19, 20, 21, 26, 30, 31, 33, 36, 41, 42, 44, 51, 52, 62, 74, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 90, 92, 93, 94, 109, 110, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 152, 155, 156, 162, 169, 174, 188, 200, 206, 217, 218, 221, 227, 228, 235

Educação Inclusiva 1, 4, 12, 13, 15, 18, 20, 21, 24, 32, 34, 35, 39, 40, 41, 43, 44, 51, 57, 62, 70, 75, 78, 80, 83, 90, 92, 94, 113, 124, 125, 126, 127, 131, 135, 136, 138, 143, 144, 145, 146, 148, 150, 152, 153, 154, 156, 161, 162, 163, 164, 168, 169, 171, 174, 175, 203, 205, 206, 207, 216, 217, 221, 222, 227, 228, 229, 231, 232, 235

Educação Infantil 21, 25, 51, 52, 54, 79, 106, 108, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 141

Ensino 1, 4, 5, 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 33, 34, 35,

36, 37, 38, 39, 40, 41, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 57, 58, 59, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 161, 163, 164, 165, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 201, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 224, 225, 227, 228, 229, 231, 232, 234, 235, 236

Ensino alternativo 93

Ensino-Aprendizagem de Inglês como LE 176

Ensino de línguas 182, 187, 188, 190

Estratégias de Ensino 16, 151, 176, 178, 179, 187, 194

H

Habilidades intelectuais 14, 16

História 5, 8, 9, 10, 11, 12, 28, 29, 53, 54, 56, 59, 60, 74, 82, 113, 114, 115, 124, 125, 126, 132, 146, 147, 161, 162, 178, 195, 196, 200, 201, 220, 222

I

Inclusão escolar 12, 14, 16, 22, 32, 33, 39, 60, 70, 75, 123, 125, 126, 129, 131, 135, 136, 137, 141, 142, 144, 145, 151, 155, 157, 162, 189, 200, 201, 203, 218, 235

Inclusão social 54, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 118, 128, 153, 186, 198

L

Letramento de surdos 190, 193

LIBRAS 52, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 64, 65, 66, 67, 119, 124, 125, 126, 129, 132, 183, 187, 188, 190, 192, 193, 217, 218

M

Material Didático 95, 96, 97, 98, 102, 176, 185, 187

N

Norbert Elias 42, 43, 45

P

Prática docente 17, 32, 34, 35, 40, 78

Produção de materiais 93, 98

Professor especializado 14, 16, 21, 156

Psicologia Educacional 1

Psicólogo Escolar Educacional 69, 70

R

Relato de Experiência 3, 11, 99, 134, 220, 222, 223, 225

S

Sociedade 2, 5, 6, 12, 17, 19, 24, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 36, 39, 40, 41, 42, 45, 46, 53, 54, 55, 57, 59, 62, 63, 65, 68, 72, 74, 82, 83, 88, 94, 112, 113, 114, 118, 123, 124, 125, 126, 128, 131, 136, 144, 145, 146, 148, 149, 151, 156, 161, 162, 164, 171, 172, 187, 190, 192, 193, 198, 199, 207, 215, 221, 227, 228

Soroban 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110

Superdotação 69, 70, 71, 72, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 135, 136

Surdos 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 63, 64, 65, 67, 124, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 146, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218

T

Trabalho Colaborativo 134, 136, 139, 231, 233, 234, 235

Tradutor Intérprete de Libras 42

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-724-6



9 788572 477246